

Relatório de Análise de Mídia

Clipping Senado Federal e Congresso Nacional

Noticiário de Junho de 2013

Brasília, Julho de 2013



Conteúdo

Análise de Notícias	3
1. Congresso, Senado e Câmara no “Junho das manifestações”	9
2. As manifestações de junho no Brasil	12
3. Supremo empossa Luís Roberto Barroso na vaga de Ayres Britto	14
4. Eleições 2014	15
Realização.....	16

Análise de Mídia

No mês de junho, os fatos ultrapassaram as previsões. A onda de manifestações que se seguiu ao aumento das passagens de ônibus modificou o quadro político. A PEC 37/2011, antes defendida por deputados do PT e da base do governo, foi rejeitada pelo Plenário da Câmara por 430 deputados. A favor, apenas nove deputados. Dois se abstiveram e 71 não compareceram à votação.

Na mesma sessão, os PL 5.500/2013 e PL 323/2007 foram apensados e votados em conjunto, estabelecendo a destinação de 75% dos royalties do pré-sal para a educação e 25% para a saúde.

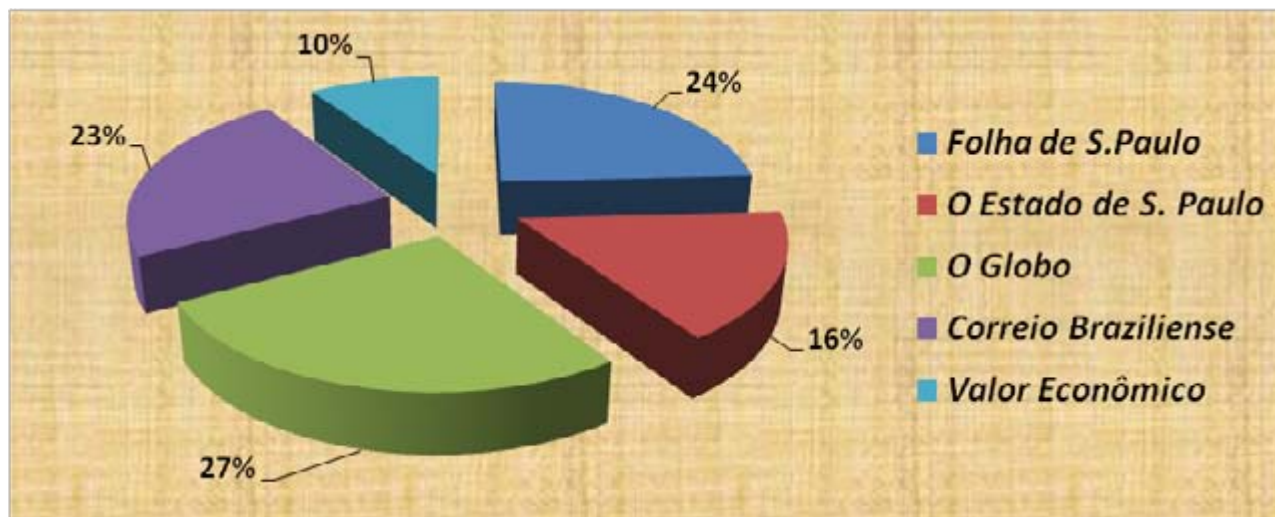
Dias depois, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia emitiu a ordem de prisão do deputado Natan Donadon (PMDB-RO), que se entregou em 1º de julho, em Brasília, após passar dois dias fugindo da Polícia Federal. Donadon foi condenado, em 2010, pelo STF, a mais de dez anos de prisão por formação de quadrilha e desvio de R\$ 8,4 milhões.

Por três vezes, o Congresso Nacional esteve cercado por manifestantes. Por várias vezes, as ruas brasileiras foram ocupadas. No Rio de Janeiro, o prédio da assembleia legislativa foi atacado. Em São Paulo, os portões da residência oficial do prefeito foram palco de conflitos entre manifestantes e policiais. Os estádios onde ocorreram os jogos da Copa das Confederações foram palco de manifestações. A população passou a ouvir expressões como bombas de efeito moral, spray de pimenta e balas de borracha.

Em 30 dias, as ruas, os jornais e as mídias sociais mudaram o cenário do Brasil.

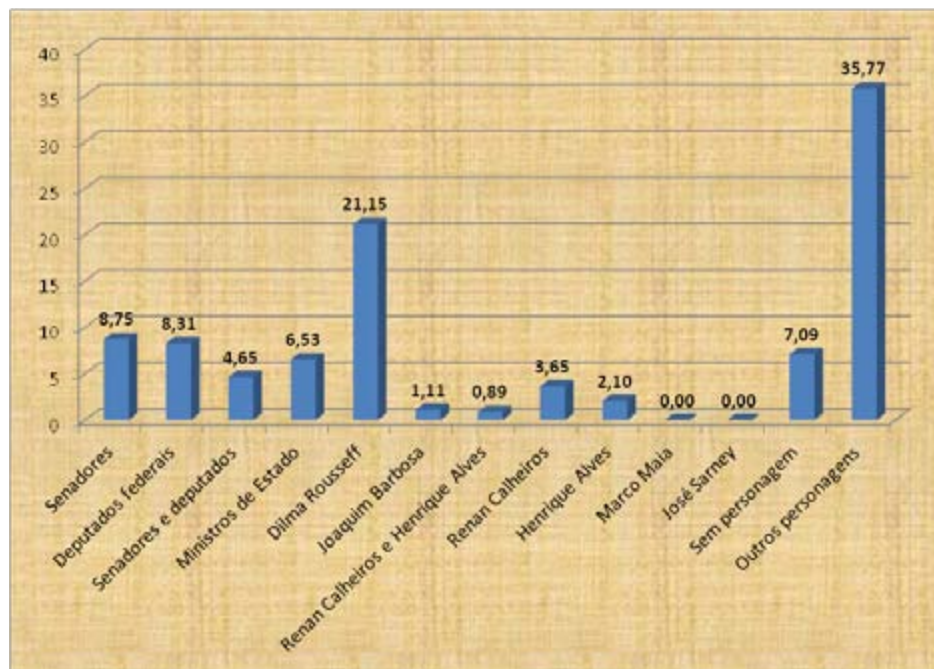
Boa leitura.

Distribuição das notícias políticas nos cinco jornais (%)



Em junho, o diário *O Globo* foi a mídia impressa com maior percentual de notícias políticas (27%). Praticamente empatados em segundo lugar, estiveram a *Folha de S. Paulo* (24%) e o *Correio Braziliense* (23%). Em terceiro, ficou *O Estado de S. Paulo* (16%) e, em quarto lugar, o *Valor Econômico* (10%).

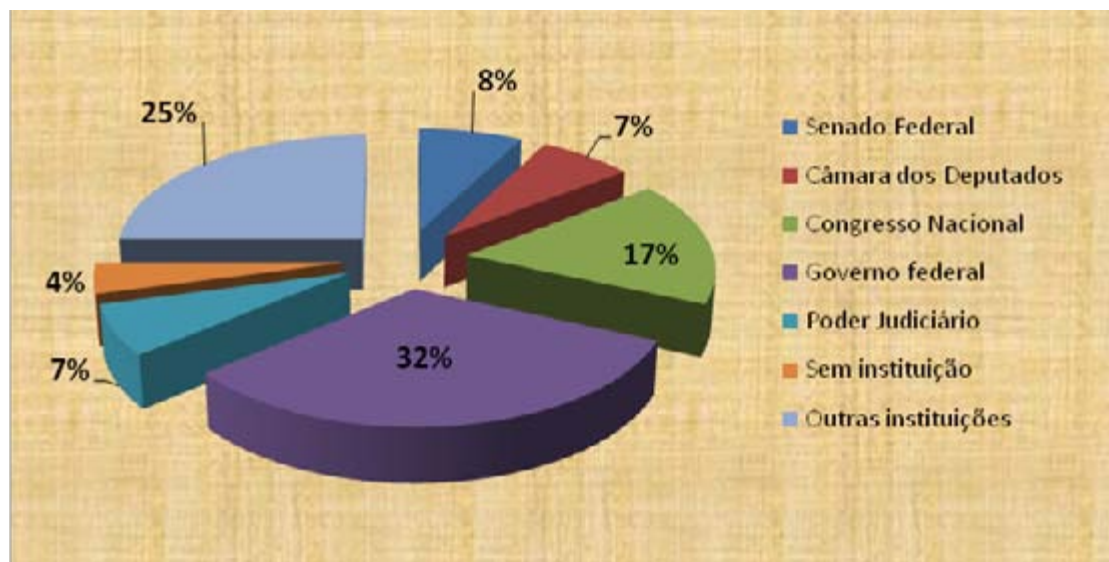
Principais personagens das notícias políticas (%)



A presidente Dilma Rousseff obteve o maior percentual de aparição nas notícias como personagem principal (com 21,2%). Somando-se aos 6,5% de notícias protagonizadas pelos ministros de Estado, chega-se a 27,7% de notícias relativas ao Executivo.

Embora individualmente os dois presidentes do Legislativo (o senador Renan Calheiros e o deputado Henrique Alves) tenham protagonizado 3,7% e 2,1% das notícias, quando se soma esse percentual às notícias desses dois presidentes em conjunto (0,9%), às sobre senadores em geral (8,7%), às sobre deputados federais (8,3%) e às conjuntas de senadores e deputados, chega-se a 23,7% das notícias sobre o Legislativo.

Instituições centrais das notícias (%)

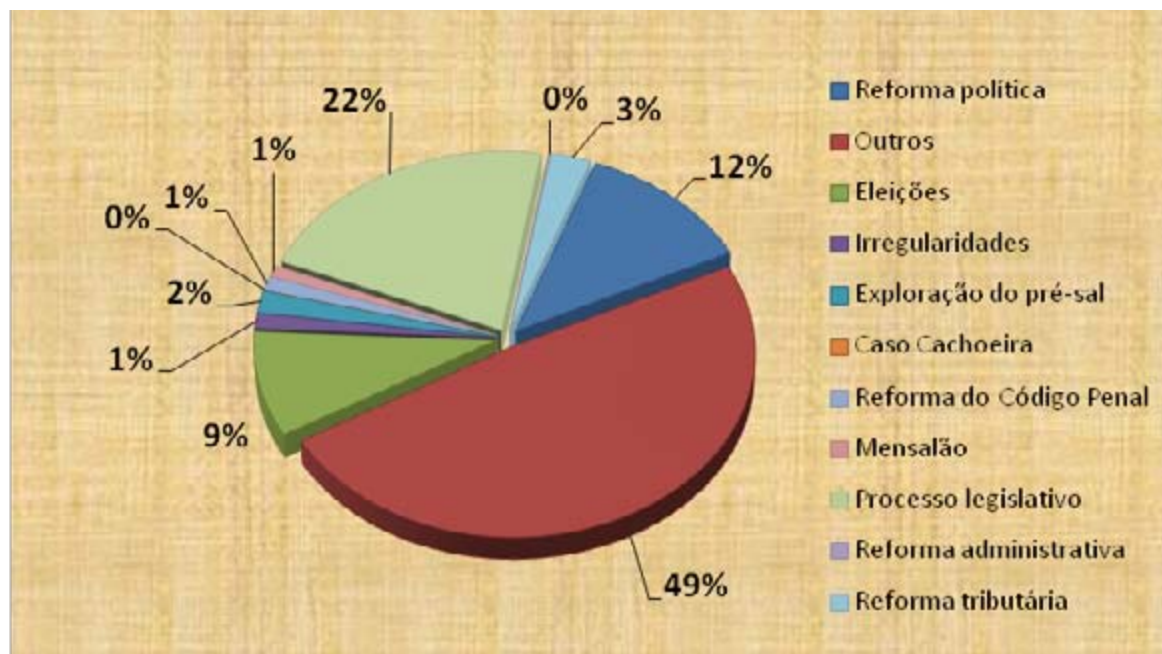


O governo federal foi a principal instituição central das notícias de junho (32%). As manifestações em frente ao Congresso Nacional certamente fizeram aumentar o percentual de notícias sobre o Parlamento, que, em junho, subiu para 17%, 4 pontos percentuais a mais que em maio.

As primeiras manifestações concentraram-se muito nos aumentos das tarifas do transporte público. As notícias sobre esse tema foram agrupadas na classificação “outras instituições”, que, em junho, representou 25% das matérias.

Algumas notícias das manifestações foram classificadas como “sem instituição”. Isso resultou em um aumento, em junho, de 2% das notícias dessa categoria com relação ao mês de maio.

Tema da notícia (%)

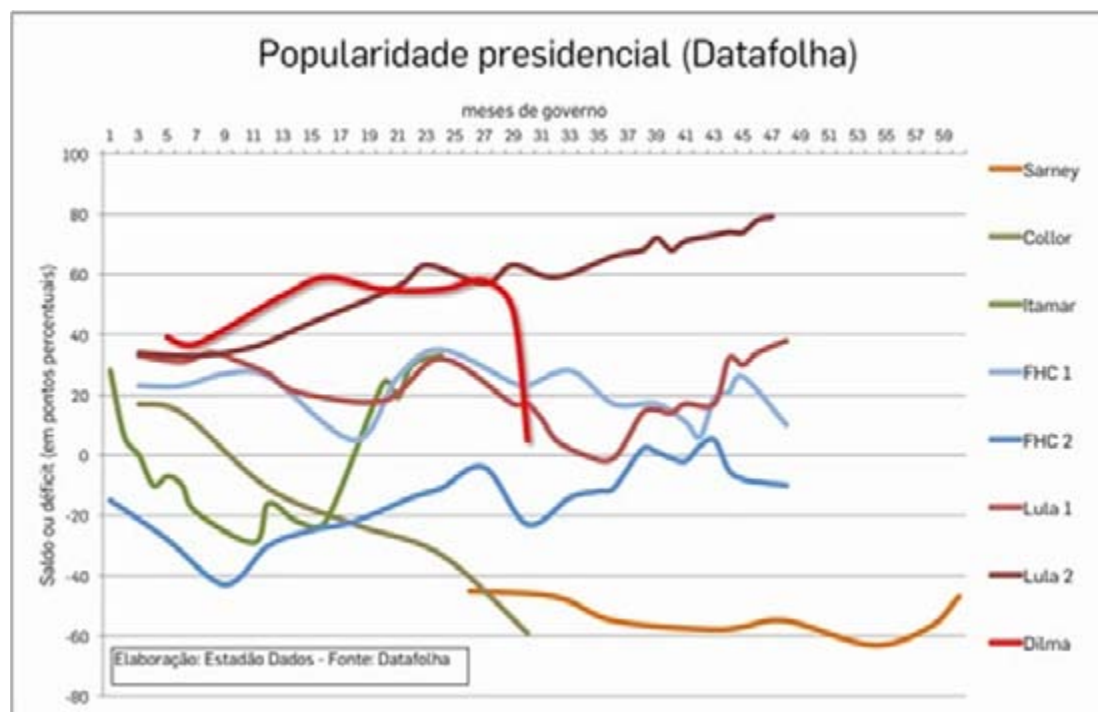


O grande reflexo das manifestações de rua no noticiário foi o aumento percentual das matérias classificadas como “outros”. Em junho, a categoria concentrou 49% das notícias, contra 39% em maio.

O assunto “reforma política” subiu de 0,6% em maio para 12% em junho.

Já o tema “eleições” desceu de 13,2% em maio para 9% em junho e “processo legislativo” foi de 34,1% para 22%.

Em junho, o Datafolha publicou uma pesquisa sobre o governo da presidente Dilma Rousseff mostrando o impacto das manifestações de rua. No levantamento de março, antes das manifestações, o governo Dilma estava com 65% de avaliação entre ótimo e bom, 27% como regular e 7% entre ruim e péssimo. Isso já representava uma pequena diminuição do apoio em relação às pesquisas anteriores. Já na segunda pesquisa, imediatamente após as duas semanas de manifestações, o ótimo/bom já havia caído para 57 %, o médio aumentara para 33% e o ruim/péssimo havia subido para 9%.



O jornal O Estado de S. Paulo fez um cruzamento dos dados de popularidade registrados pelo Datafolha de todos os presidentes desde a redemocratização. É importante frisar que houve governos de cinco anos (Sarney), quatro anos (FHC e Lula) e dois anos (Collor e Itamar).



Galeria durante a votação da PEC 37/2011.



Manifestação no dia 17 de junho, em Brasília.

Congresso, Senado e Câmara no “Junho das manifestações”

Por três vezes, houve manifestações em frente ao gramado do Congresso no mês de junho. A primeira, no dia 6, liderada por grupos evangélicos, defendia a cura gay e protestava contra o aborto e o casamento homossexual. Segundo estimativas da Polícia Militar do Distrito Federal, 30 mil pessoas participaram da manifestação.

Na segunda ocasião, em 17 de junho, a quantidade de manifestantes ultrapassou os 10 mil previstos pelas polícias e chegou a 30 mil pessoas, segundo os jornais. A pauta era a questão social que havia chegado às ruas. As polícias alinharam cordão de isolamento em frente à Chapelaria do Congresso para evitar a entrada sem controle, pois um grupo de 400 jovens pressionava as entradas.

Manifestantes pacíficos caminharam pela Esplanada e subiram no teto do Congresso Nacional. Houve alguns casos de pichação nas cúpulas, mas tudo transcorreu sem conflitos.

Já na entrada da Chapelaria, houve pressão constante, com uso de gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Entre as 22h e 23h, o movimento esvaziou

e pouco antes da meia-noite tudo havia se acalmado. Um grupo de senadores manteve a sessão do Senado até o final da manifestação, relatando e discutindo os acontecimentos.

O governo do DF recebeu instruções do primeiro-vice-presidente do Congresso, deputado Andre Vargas (PT-PR), para não agir com violência. O Correio Braziliense, jornal local, relatou poucos incidentes na noite.

Na terceira manifestação, dia 20 de junho, o aparato da Polícia Militar chegou a 10 mil soldados. Vários grupos tentaram novamente subir no teto do Congresso, sendo impedidos pelas barreiras já montadas na Esplanada. A enorme quantidade de manifestantes se concentrou em frente ao Congresso. Quando o pequeno grupo de radicais tentou entrar à força pela Chapelaria, a polícia passou a jogar bombas de gás lacrimogêneo e a usar spray de pimenta.

Naquele momento, mais de 50 mil manifestantes estavam na Esplanada. Vários deles se voltaram para o Palácio do Itamaraty, tentando invadi-lo. Coquetéis molotov foram lançados. Os novos conflitos, dessa vez, foram transmitidos ao vivo pelos canais de televisão.

Um detalhe importante é que no DF, ao contrário do Rio de Janeiro e de São Paulo, não havia ocorrido o aumento das passagens de ônibus, o que foi gatilho das manifestações. Entretanto, o sistema de transporte público local é apontado como um dos piores do Brasil por diversas pesquisas de opinião. No caso do DF, estava em fase final a licitação para a concessão por 20 anos das linhas de ônibus, um processo com mais de 180 ações contestatórias na Justiça.

A atividade parlamentar em junho

Antes da onda de manifestações populares e amparada pelo protesto evangélico de 6 de junho, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), colocou em votação e aprovou na co-

missão o projeto que permitiria a psicólogos e psiquiatras oferecer tratamento de cura à homossexualidade, o chamado projeto da cura gay.

Depois de três semanas de protestos, o deputado João Campos (PSDB-GO), autor do projeto, anunciou a intenção de retirá-lo de votação do Plenário da Câmara. Os jornais O Globo e Folha explicaram que a proposta seria derrotada e somente poderia ser apresentada na próxima legislatura, em 2015. Com a retirada, o texto pode ser reapresentado ainda em 2014.

Após a manifestação de 20 de junho, a Câmara dos Deputados adiou, desmarcou, remarcou e votou a PEC 37/2011, que reduziria o poder de investigação dos Ministérios Públicos. Na noite de 25 de junho, um quórum de 441 deputados votou a PEC: 430 deputados foram contra, 9 a favor e 2 se abstiveram. Resultado: PEC rejeitada. Na mesma sessão, a Câmara aprovou a proposta que destina 75% dos royalties do pré-sal para a educação e 25% para a saúde.

O Senado, por sua vez, aprovou o PL 240/2013, que transfere perto de R\$ 62 bilhões aos estados. É o novo texto da regulação do Fundo de Participação dos Estados, que atendeu a determinação de atualizar a distribuição proporcional de verbas de acordo com o tamanho da população brasileira.

O primeiro-vice-presidente da Câmara, deputado Andre Vargas (PT-PR), exercendo a presidência interina do Congresso Nacional, por ocasião de viagem do presidente do Senado, Renan Calheiros, promulgou a PEC 544/2002, que criou os tribunais regionais federais da 6^a, 7^a, 8^a e 9^a regiões.

O Senado e a Câmara aprovaram, em um intervalo inferior a duas semanas, o Fundo de Participação dos Estados. O fundo havia sido prorrogado excepcionalmente, após determinação do Supremo Tribunal Federal para que um novo texto, com as proporções de divisão dos recursos aos estados, fosse aprovado.





A Polícia Militar do DF lançou bombas de gás lacrimogêneo, usou tropas de choque e balas de borracha contra os manifestantes no dia da abertura da Copa das Confederações.

Maracanã, R\$ 1 bilhão; Itaquerão, R\$ 820 milhões; Mineirão, R\$ 695 milhões) nas 12 cidades-sede dos jogos causou muitas contestações.

Na abertura da competição, no estádio Mané Garrincha, a Polícia Militar do DF fez uma forte repressão aos manifestantes do movimento “Copa Pra Quem?”. No dia anterior, um grupo de manifestantes já havia bloqueado a avenida de seis pistas em frente ao estádio, com pneus em chamas.

Desde 1992 não ocorriam protestos de rua de maneira tão maciça. Em São Paulo, mais de 1,5 milhão de pessoas participaram das manifestações. No Rio de Janeiro, 1 milhão protestaram contra o transporte público, os gastos com a Copa do Mundo e a situ-

As manifestações de junho no Brasil

No início de junho, as passagens de ônibus e de metrô em São Paulo sofreram acréscimo de R\$ 0,20. Uma forte reação ocorreu, unificando diversos grupos. Com a repressão da PM aos manifestantes, os protestos aumentaram em todo o Brasil, tendo como deflagradores o sistema público de transportes e os serviços públicos em geral, como saúde e educação.

Em paralelo, no dia 15 de junho começou a Copa das Confederações, evento-teste para a Copa do Mundo de 2014. A quantidade de matérias nos principais jornais com os valores das obras dos estádios (Mané Garrincha, R\$ 1,3 bilhão;

ação dos serviços públicos. Em Belo Horizonte, foram 500 mil pessoas; em Recife, 300 mil; em Belém, 100 mil. Em centenas de cidades brasileiras, as manifestações ocuparam as ruas no mês de junho.

Entre os dias 21 e 22 de junho, o Movimento Passe Livre (MPL) anunciou a suspensão das manifestações. Segundo noticiou a imprensa, a decisão foi motivada pela redução do preço das tarifas do transporte público combinada com o descontrole das pautas dos manifestantes.

Foto: Tomas Silva/Agência Brasil



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Manifestações no Rio de Janeiro (à esquerda) e em São Paulo (à direita).



Luís Roberto Barroso toma posse, em 26 de junho, como o mais novo ministro do Supremo Tribunal Federal.

Supremo empossa Luís Roberto Barroso na vaga de Ayres Britto

Tomou posse como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) o jurista Luís Roberto Barroso para a última cadeira vaga na Corte. Tecnicamente, ele poderá participar das discussões e votações dos recursos dos réus condenados no processo do mensalão, a Ação Penal 470. Agora, o Supremo está completo, com 11 ministros permanentes.

No dia 20 de junho, o Supremo decidiu, por 7 votos favoráveis e 3 contrários, a liberação do trâmite no Senado do PLC 14/2013, que modifica as regras de criação de partidos e a distribuição dos tempos de rádio e TV entre as legendas.

Em 26 de maio, o STF anunciou aguardar o voto do ministro Celso de Mello aos embargos apresentados pela defesa do ex-deputado José Fuscaldi Cesílio (PTB-GO), conhecido como José Tatico. O julgamento está empatado em 5 a 5 e o voto do ministro Celso de Mello decidirá pela aceitação ou não da absolvição do ex-deputado por razões de idade.



Em 21 de junho, a presidente Dilma Rousseff ocupou rede nacional de comunicação para falar sobre as propostas do governo para responder às manifestações de rua.

Eleições 2014

No dia 16 de junho a Confederação Nacional do Transporte (CNT) divulgou pesquisa eleitoral em parceria com o instituto MDA. Segundo o levantamento, a presidente Dilma Rousseff teria 33,4% das intenções de voto, contra 20,7% de Marina Silva (Rede Sustentabilidade), 15,2% do senador Aécio Neves (PSDB-MG) e 7,4% do governador Eduardo Campos (PSB-PE). A queda de Dilma em relação à pesquisa anterior foi de 19,4 % e a disputa iria para o segundo turno.

Poucos dias depois, a ex-senadora Marina Silva anunciou ter chegado à casa das 700 mil assinaturas para a criação do seu partido.

Realização

Secretaria da Transparência

Diretor: Carlos Fernando Mathias de Sousa

Diretora-Adjunta: Liu de Oliveira Lopes Pereira

Assessora: Elga Teixeira Lopes

Coordenador de Controle Social: Thiago Cortez Costa

Subsecretaria de Pesquisa e Opinião

Diretor: Gilvan Sérgio de Andrade

Serviço de Análise da Mídia

Editor: Carlos Penna Brescianini

Equipe de análise: Heloyse Fragozo, Luana Germano e Marlene Cunha Lima.

Serviço de Clipping

Chefe: Circe Cunha de Andrade

Equipe de Clipping: Alessandra Lourenço da Silva, Ernesto José de Souza Goés, Herivelto Pinto Lopes, Lucineide Souza Vidal, Maria do Socorro Jardim Vieira, Maria do Socorro Ferreira Silva e Renan Campos Torres.

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Revisão

Fernanda Vidigal e Juliana Rebelo

Programação visual

Liu de Oliveira Lopes Pereira